

RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 913.096 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
RECTE.(S) : ESTADO DO PIAUÍ
RECDO.(A/S) : MARIA DO CARMO RODRIGUES SOARES
ADV.(A/S) : RENATO COELHO DE FARIAS E OUTRO(A/S)

DECISÃO: O presente recurso **não** impugna os fundamentos em que se apoia o ato decisório ora questionado.

Isso significa que a parte agravante, ao assim proceder, **descumpriu** uma típica obrigação processual que lhe incumbia atender, pois, *como se sabe*, **impõe-se**, ao recorrente, afastar, *pontualmente*, **cada** uma das razões invocadas como suporte da decisão agravada (AI 238.454-AgR/SC, Rel. Min. CELSO DE MELLO, *v.g.*).

O **descumprimento** desse dever jurídico – **ausência** de impugnação **de cada um** dos fundamentos em que se apoia o ato decisório agravado – conduz, **nos termos** da orientação jurisprudencial firmada por esta Suprema Corte, ao reconhecimento **da inadmissibilidade** do agravo interposto (RTJ 126/864 – RTJ 133/485 – RTJ 145/940 – RTJ 146/320):

“RECURSO EXTRAORDINÁRIO – DECISÃO QUE NEGA SEGUIMENTO AO APELO EXTREMO – INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO QUE NÃO IMPUGNA AS RAZÕES DESSE ATO DECISÓRIO – AGRAVO IMPROVIDO.

– *Impõe-se, à parte recorrente, quando da interposição do agravo de instrumento, a obrigação processual de impugnar todas as razões em que se assentou a decisão veiculadora do juízo negativo de admissibilidade do recurso extraordinário. Precedentes.”*

(AI 428.795-AgR/RJ, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

Cabe insistir, neste ponto, **que se impõe**, a quem recorre, como **indeclinável** dever processual, o **ônus da impugnação especificada**, **sem o que se tornará inviável** a apreciação do recurso interposto.

ARE 913096 / DF

Sendo assim, e tendo em consideração as razões expostas, **não conheço** do presente agravo, por **não** atacados, *especificamente*, os **fundamentos** da decisão agravada (CPC, art. 544, § 4º, I, segunda parte, **na redação** dada pela Lei nº 12.322/2010).

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO

Relator